

Capítulo 1: A economia brasileira no período colonial: a economia açucareira do Nordeste; auge e declínio da mineração.

Ciclo Econômico

A Conceituação de Ciclo Econômico expressa a dinâmica com que um produto ascende, alcança o seu apogeu e entra em declínio na pauta de exportação, sem necessariamente deixar de ocupar uma posição de destaque, na fase de depressão, entre os produtos exportáveis. É um processo típico na economia colonial.

No caso do açúcar, em particular, a exportação evoluiu a partir de 1530 e alcançou o apogeu em 1646-1654, declinou a seguir mas se manteve em destaque na pauta de exportação, até ser superado pelo café, no século XIX.

O declínio do ciclo é determinado por vários fatores próprios às regras de mercado: i) saturação do mercado - excesso de oferta; ii) esgotamento das fontes dos produtos; e iii) retração dos importadores.

A economia açucareira do Nordeste Ciclo do Açúcar (A economia açucareira do Nordeste)

Conjuntura

Após o século XIV com o fim da guerra dos 100 anos e a peste o continente europeu desenvolveu-se: houve o aumento da renda e da população. Com o desenvolvimento econômico da região houve o aumento da demanda em particular por especiaria, entre as quais incluía-se o açúcar.

Inicialmente o açúcar vinha do Oriente médio. Depois os portugueses introduziram o produto nas ilhas atlânticas o que comprovou a sua produção em regiões tropicais. Com o aumento generalizado do seu consumo na Europa, este surgiu naturalmente como produto conjuntural a ser produzido.

Fatores de Produção

A **terra** que o donatário recebia – bastava o requerimento e ser católico e pagar os tributos – era concedida em **Sesmarias** que se estendiam do litoral para o interior. Para incentivar a exploração o governo dava isenções, títulos de nobreza entre outros incentivos.

A região de plantação de cana de açúcar apresentava alguns tipos bem característicos: **os plantadores e moradores, o lavrador assalariado e o escravo.**

Os plantadores eram *Sesmeiros* dependentes de um senhor de engenho que lhes comprava a safra, por um preço por ele arbitrado.

Os moradores eram elementos pobres que adquiriam ou arrendavam uma pequena propriedade, sujeitando ao dizimo real, mas sem a garantia da posse da terra. Eram dependentes de um grande proprietário de terra ou senhor de engenho.

O **lavrador** que nada possuía, nem mesmo como arrendatário, recebia salários. Realizava o trabalho braçal com o índio e o africano, estes como escravos.

Além desses que trabalhavam na terra havia nos pequenos centros comerciais os homens de negócios que não chegavam a constituir uma burguesia.

A grande disponibilidade de terra, necessidade de grandes unidades de produção - era necessário grandes economias de escala – geraram grandes propriedades agrícolas que se auto abasteciam, conhecidas como latifúndios que juntos com o escravismo caracterizou o sistema de colonização adotado no Brasil.

Além do Açúcar extraía da cana a aguardente, subproduto de grande consumo interno, que era exportado para a África, servindo como escambo (troca) por escravos.

Inicialmente os engenhos eram apenas máquinas de produção de açúcar, mas que evoluíram para grandes complexos agroindustriais, compreendendo numerosas unidades – moendas, caldeiras, casa de pugar, etc, como unidades complementares: casa grande, senzala entre outras.

Para o seu funcionamento o engenho requeria:

- a) grandes canaviais;
- b) florestas próximas de onde pudessem ser retiradas madeiras para as caldeiras,
- c) rebanho de gado que satisfizesse a necessidade de transporte.

O capital necessário provinham de capital próprio ou associado ao genoveses ou flamengos tanto para a produção como para o giro dos negócios.

Ascensão do ciclo

A implantação da agroindústria do açúcar estava intimamente ligada às instalações das donatarias.

Os holandeses recolhiam o açúcar acabado e depois de o refinarem distribuía para toda a Europa. A participação dos holandeses foi fundamental na distribuição do açúcar.

A produção e o apogeu do açúcar ocorreu no período de 1546-54.

Brasil - Holandês

A interrupção do comércio com Portugal, devido a sua dependência à Coroa espanhola a partir de 1580, atingiu os interesses dos Holandeses que sendo privados dos produtos coloniais portugueses resolveram atacar as embarcações lusitanas, bem como criar companhias de comércio para conquistar o mercado ultramarino.

Os Holandeses criaram a CIA das Índias Ocidentais invadindo inicialmente a Bahia, 1624-25, e depois, em 1630, invadiram o Pernambuco onde fixaram sua base. Essa ocupação criou a região do Grã-Para e Maranhão que ficaram separados do Brasil.

Os Holandeses utilizavam métodos mais liberais de administração bem distintos dos métodos portugueses. Primeiro, porque a exploração era feita por empresas e não diretamente pelo estado; segundo, porque havia maior descentralização do poder dos governadores; e terceiro, porque os processos de transformações econômicas eram mais próximos da forma capitalista de exploração. O auge do Brasil-Holandês ocorreu no período de Nassau (1637-44).

Desgastados com os persistentes ataques das forças luso-brasileiras e atraídos pelas vantagens oferecidas pelos colonos ingleses e franceses antilhanos, os holandeses retiraram do Brasil em 1654.

A saída dos holandeses prejudicou Portugal tanto pela concorrência quanto pela falta de transporte desse produto para o mercado europeu.

O declínio do Ciclo

Da invasão que aqui fizeram os holandeses adquiriram experiências no cultivo da cana e na fabricação do açúcar, o que lhes possibilitou implantar e expandir uma agroindústria do açúcar no Caribe, principalmente nas ilhas coloniais inglesas e francesas.

A elevação contínua do preço do açúcar no mercado mundial, os incentivos oferecidos pelos ingleses e franceses e a crescente hostilidade luso-brasileira foram fatores determinantes para o deslocamento dos holandeses para as Antilhas.

Com a entrada dos produtos antilhanos no mercado internacional, a partir de 1660, houve o aumento da oferta e a consequente queda nos preços.

A partir dessa competição do açúcar de Antilhas, jamais a conjuntura foi tão favorável ao açúcar como fora até então.

Fluxo de renda e crescimento

Que possibilidade de efetiva expansão e evolução estrutural apresentava esse sistema econômico? Em primeiro lugar o “empresário” do engenho teve que trabalhar com grandes engenhos. Uma vez instalada a indústria, seu processo de expansão segue sempre a mesma as mesmas linhas: gastos monetários nas importações de equipamentos, de alguns materiais de construção e de mão-de-obra escrava.

Uma vez efetuada a importação dos equipamentos e da mão-de-obra escrava, a etapa subsequente de inversão (investimento) – construção e instalação – se realizava praticamente sem que houvesse lugar para a formação de um fluxo de renda monetária. A produção de alimentos, instalações era realizados pelo própria força de trabalho escravo.

Em uma economia industrial a inversão faz crescer a renda da coletividade em quantidade idêntica a ela mesma, pois a inversão se torna pagamento de fatores de produção.

A inversão feita numa economia exportador-escravista é fenômeno inteiramente diverso. Parte dela transforma-se em pagamentos feitos no exterior: é a importação de mão-de-obra, de equipamentos e materiais para construção; a parte maior é feita tem como origem a utilização da força de trabalho escravo. Sendo assim, a nova inversão fazia crescer a renda real apenas no montante do lucro do empresário. Esse incremento da renda não tinha expressão monetária, pois não era objeto de nenhum pagamento.

A partir do exposto pode-se concluir que a expansão da economia escravista seria apenas em extensão, sem quaisquer modificações estruturais. O crescimento em extensão não levava ao desenvolvimento econômico, pois o sistema não permitia uma articulação direta entre a produção e o consumo.

A economia brasileira no período colonial: auge e declínio da mineração - 1660 - 1760

O que poderia Portugal esperar da extensa colônia sul-americana que se empobrecia a cada dia, crescendo ao mesmo tempo seus gastos de manutenção?

Em Portugal compreende-se claramente que a única saída seria a descoberta de metais preciosos. Os governantes portugueses cedo se deram conta do enorme capital que, para a busca de minas, representavam os conhecimentos que do interior do país tinham os homens do planalto de Piratininga. Com efeito, se estes já não tinham descoberto o ouro em suas entradas pelos sertões, era por falta de conhecimento técnicos. A ajuda técnica que então receberam da Metrópole foi decisiva.

Afluxo Populacional

A notícia de descobrimentos de minas trouxe emigrantes de Piratininga, do nordeste deslocaram-se grandes quantidades de escravos e em Portugal, se formou pela primeira vez uma grande corrente espontânea migratória com destino ao Brasil.

A economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia. Dada, as suas características, a economia mineira brasileira oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas – como no Peru e no México – e sim no metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios. A população de origem européia praticamente decuplicou (vezes 10) durante o período. Chegou-se a tomar, em Portugal, medidas concretas para dificultar o fluxo migratório.

Economia Mineira e Economia Açucareira

Mesmo sendo o trabalho escravo a base da economia mineira, a sua organização se diferencia amplamente da economia açucareira. Os escravos em nenhum momento chegam a constituir a maioria da população. Por outro lado, a forma como se organiza o trabalho permite que os escravos tenham maior iniciativa e que circule num meio social mais complexo. Muitos escravos chegam mesmo a trabalhar por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que lhe abre a possibilidade de comprar a própria liberdade.

O ambiente em que circula o homem livre é bastante diferente. Na economia mineira há mais liberdade para um homem livre ascender na vida. O capital necessário para imobilizar uma larva era bem menor do que para ter um engenho.

A Inflação

A chegada de levadas sucessivas de numerosas pessoas a região aurífera provocou uma grave crise de abastecimento. A região não oferecia condições para atender a tão grande

contingente humano. Os caminhos não eram de fácil acesso. A fome aumentou o que levou a uma especulação desenfreada. O aumento desenfreado de preços concentrou-se mais nos alimentos.

O comércio Interno

A região das minas ficava distante do litoral, dispersa e em região montanhosa, a população mineira dependia de um complexo sistema de transporte. A tropa de mulas constitui autêntica infra-estrutura de todo o sistema.

Se se considera em conjunto a procura de gado para corte e de muares para transporte, a economia mineira constitui, no século XVIII, um mercado de proporções superiores ao que havia propiciado a economia açucareira em sua máxima prosperidade.

A economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país.

Conclusão: ciclo da mineração

- a) Entrada de imigrantes na região sudeste;
- b) Formação dos primeiros povoados no interior;
- c) O deslocamento da sede do governo para o Rio de Janeiro;
- d) Uma certa acumulação de capital – animais e escravos – que ajudarão na cultura do café;
- e) O aumento das atividades comerciais.

Questões do Capítulo 1: A economia brasileira no período colonial: a economia açucareira do Nordeste; auge e declínio da mineração.

1. (Provão de Economia – 2003) Nos séculos XVI e XVII, as regiões amazônica e da capitania de São Vicente (São Paulo) constituíram uma periferia em relação ao litoral, onde se desenvolvia o setor açucareiro. Embora muito diferentes, do ponto de vista climático e geográfico, as duas primeiras regiões partilhavam alguns traços comuns, dentre os quais destaca-se

- (A) o predomínio da agricultura do tipo plantation.
- (B) o predomínio do recurso à escravidão africana.
- (C) o convívio amistoso entre a população branca e ameríndia.
- (D) a relativa autonomia política quanto à Coroa portuguesa.
- (E) a fraca presença da Igreja Católica.

2. (Provão de Economia – 2002) “Terras e escravos são os bens que possuo. Durante o século XIX até 1888, essas palavras abriram inúmeros testamentos que arrolavam e distribuíaam o que os fazendeiros de Vassouras haviam herdado (...) A vinculação de terras e escravos, os pilares da sociedade agrícola, não era apenas fortuita. A mão-de-obra escrava não era indispensável somente no trabalho da terra; o número de escravos havia sido um pré-requisito na obtenção de sesmaria da coroa portuguesa.”

A escravidão foi instituição-chave da economia e da sociedade brasileira, tendo atingido seu ápice no século XIX, durante o Império. Sobre a **escravidão** no Brasil, é correto afirmar que

- (A) manteve uma localização exclusivamente rural, nas plantations.
- (B) apresentou elevada mortalidade e predomínio de mulheres.
- (C) chegou a ser empregada na indústria manufatureira.
- (D) esteve ausente dos setores voltados para o mercado interno.
- (E) foi inviabilizada economicamente a partir do fim do tráfico atlântico, em 1850.

3. (Provão de Economia – 2000) O período do chamado “ciclo do ouro”, no séc. XVIII, apresentou importantes conseqüências na formação do Brasil Colônia, entre as quais pode ser citada:

- (A) maior integração entre as diversas regiões da colônia.
- (B) ruína da economia açucareira.

Professor Gilmar Ferreira
Curso de Economia Brasileira - Teoria e Exercícios

- (C) reversão dos fluxos migratórios portugueses para o Brasil.
- (D) intensificação da busca das chamadas “drogas do sertão”.
- (E) queda da arrecadação de impostos.

4. (Provão de Economia – 1999) “O número de engenhos, 60 em 1570, conheceu intensa expansão, passando para 346 (em 1629) e para 528 (por volta de 1710) (...) Ao iniciar-se o século XVIII, a economia açucareira do Brasil achava-se em crise (...)”

STEIN, S.J. e STEIN, B.H. **A Herança Colonial da América Latina**. 1977

Atuou como causa da crise na produção de açúcar no Brasil

- (A) a expansão da produção de açúcar nas Antilhas, que provocou a queda nos preços do produto na Europa.
- (B) o crescimento da atividade de mineração, que promoveu a transferência de recursos produtivos para Minas Gerais.
- (C) o esgotamento da produtividade dos antigos engenhos, que exigiu o deslocamento do cultivo para o interior, aumentando os custos de transporte.
- (D) o aumento do preço da mão-de-obra escrava, em função da repressão ao tráfico negreiro comandado pela Inglaterra.
- (E) o boicote ao açúcar das colônias portuguesas realizado pela Holanda, que controlava a distribuição do produto na Europa.

Capítulo 2: A economia brasileira no século XIX: expansão da lavoura cafeeira; transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.

A repercussão no Brasil dos acontecimentos políticos da Europa no fim do século XVIII e começo do seguinte, se por um lado acelerou a evolução política do País, por outro contribui para prolongar a etapa de dificuldades econômicas iniciadas com a decadência do ouro,

A abertura dos portos – 1808 – resultava de uma imposição dos acontecimentos (Portugal tinha sido tomados pelos Franceses). Vêm em seguida os tratados de 1810, que transformaram a Inglaterra em potência privilegiada, com direitos de extraterritorialidade e tarifas preferenciais extremamente baixas, tratados esses que constituirão uma série de limitações a autonomia do governo brasileiro na primeira metade do século.

A separação definitiva de Portugal em 1822, e o acordo pelo qual a Inglaterra consegue consolidar sua posição em 1827 (**renovou na prática o tratado de 1810, O Governo inglês obtinha uma série de vantagens, mas a maior de todas estava nas taxas alfandegárias - "as mercadorias inglesas continuariam a pagar direitos de importação de 15%..."** Por outro lado, **o Brasil não recebeu compensações visto que os artigos brasileiros ficaram excluídos do mercado interno da Inglaterra, por serem similares aos produzidos nas colônias inglesas. Uma das cláusulas do tratado estabelecia que o Brasil deveria extinguir o tráfico negreiro até 1830**), são outros dois fatores fundamentais nessa etapa de grandes acontecimentos políticos. Por último cabe referir a eliminação do poder pessoal de d, Pedro I, em 1831, e a conseqüente ascensão definitiva ao poder da classe colonial dominante formada pelos senhores da grande agricultura de exportação.

Esses privilégios dados a Inglaterra foi uma conseqüência natural de como ocorreu a independência, sem maiores desgastes de recursos, mas devendo a colônia assumir parte dos passivos que assumiram Portugal para se manter como potência colonial. Mas seria erro imaginar que foram os privilégios dados a Inglaterra que impediram o Brasil de se tornar em uma nação moderna já no início do século XIX, a exemplo do ocorrido nos EUA.

Gestação da economia cafeeira

Condição básica para o desenvolvimento da economia brasileira, na primeira metade do século XIX, teria sido a expansão de suas exportações. Tentar a industrialização com as bases técnicas disponíveis, fraca capacidade de importar e pequeno mercado consumidor era impossível.

O País passava por grave crise após o declínio da mineração. A possibilidade de que as exportações tradicionais do Brasil voltassem a crescer eram remotas. O açúcar tinha a concorrência das Antilhas e da beterraba; o algodão sofria a concorrência americana; o fumo, o couro e o cacau eram produtos menores, cujos mercados não admitiam grande possibilidade de expansão.

O problema brasileiro era encontrar um produto de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra. Com efeito, a terra era o único capital abundante no País. Capitais praticamente não existiam, e a mão-de-obra era basicamente constituída de um estoque de escravos de pouco mais de 2 milhões de escravos, parte substancial dos quais permanecia imobilizado na indústria açucareira ou serviços domésticos.

Pela metade do século já se definira a predominância de um produto relativamente novo, cujas características de produção correspondiam exatamente as condições ecológicas do País. O Café, se bem que tivesse sido introduzido no Brasil desde o começo do século XVIII e se cultivasse por toda parte para consumo local, assume importância comercial no fim desse século, quando ocorre a alta dos preços causada pela desorganização do grande produtor que era a colônia francesa do Haiti.

Inicialmente a produção do café para exportação se concentrou na região montanhosa próxima da capital. Nas proximidades dessa região, existia relativa abundância de mão-de-obra, em consequência da desagregação da economia mineira. Por outro lado, a proximidade do porto permitia solucionar o problema do transporte lançado mão do uso da mulas. Dessa forma, a primeira fase da expansão cafeeira se realiza com base no aproveitando de recursos preexistentes e subutilizados.

O Problema da mão-de-obra

Pela metade do século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava constituída basicamente por uma massa de escravos que talvez não alcançasse 2 milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se realizasse iria chocar com a inelasticidade da mão-de-obra (oferta fixa).

Eliminada a única fonte importante de imigração, que era africana, a questão da mão-de-obra se agrava e passa exigir urgente solução. A economia brasileira, nessa época, se expandia em extensão utilizando o fator em abundância, a terra, mediante a incorporação de mais mão-de-obra.

Caberia a seguinte pergunta: não existia uma oferta potencial de mão-de-obra no amplo setor de subsistência, em permanente expansão?

Em resumo essa mão-de-obra não foi utilizado porque estava dispersa, associado a laços sociais a algum dono de terra o que tornava uma tarefa árdua o recrutamento dessa mão-de-obra. A mão-de-obra que se acumulou na cidade não se adaptava a disciplina do trabalho agrícola e a vida da grande fazenda.

Isso ajudava a formar a “opinião” de que mão-de-obra livre do País não servia para a grande lavoura.

A imigração Européia

Como solução alternativa do problema da mão-de-obra, sugeriu-se fomentar uma corrente de imigração da Europa. Como a classe política não contribuía para resolver o problema em 1852 o senador Vergueiro, se decidiu diretamente contratar trabalho na Europa. A idéia de Vergueiro e outros era simples: o colono vendia seu trabalho futuro. É fácil perceber que esse sistema falhou. A exploração dos colonos chegou a Europa levando até a proibição de imigração de colonos para o Brasil. Era claro que a forma estava errada.

O problema foi resolvido da seguinte forma: a) adotou-se o sistema misto: parceria (o colono recebia uma parte da produção) mais um salário anual; e b) a passagem foi bancada pelo governo imperial. Além dessas mudanças de ordem interna houve outra alteração externa favorável que foi a unificação italiana (empobreceu o sul causando emigração dessa região).

A economia brasileira no Período de 1888 a 1930

O Período de Transição Institucional

O processo republicano foi conduzido por grupos de diferentes origens – profissionais liberais, militares e mesmo senhores de terras frustrados com a questão militar. As

idéias liberais não chegaram a ser concretizadas devido a tomada do poder pelos barões do café.

Rui Barbosa, ministro das finanças do governo de Deodoro, procurou assegurar a continuidade do surto industrial, adotando medidas que protegessem a indústria (ele fez a primeira lei proibindo a importação de produto com similar nacional) interna e incentivassem a expansão fabril. Sua política “industrialista” foi combatida pelos grandes produtores de café e grandes comerciantes.

Rui Barbosa fez a reforma bancária e aumentou a emissão monetária para financiar a expansão do produto industrial. O aumento da demanda por meio circulante devido a transformação da economia brasileira em uma economia assalariada exigia mais meios de pagamentos, porém Rui Barbosa emitiu bem mais moeda que o necessário gerando elevada inflação no período e depreciação do câmbio.

Passados os primeiros anos, o poder central foi assumido por políticos mais diretamente ligado ao setor rural, o que assegurou a base agrícola por mais 30 anos.

Principais Eventos Econômicos nesse Período

Encilhamento

A mudança de regime político - da Monarquia à República - ocorreu num momento de graves desajustes econômicos. Um dos efeitos da crise foi a falta de dinheiro circulante no país. Para resolver o problema, o governo pôs em prática uma política de incentivo à emissão de papel moeda. Historicamente associado ao nome do ministro da Fazenda Rui Barbosa, o programa buscava contornar o problema da falta de dinheiro para pagar os trabalhadores assalariados - cujo número havia aumentado sensivelmente com o fim da escravidão e a imigração de mão-de-obra livre - e viabilizar o processo de industrialização nacional.

Os últimos anos do Império e os primeiros da República representaram um período extremamente profícuo em debates a respeito da importância da industrialização para o Brasil. Em alguns casos, a bandeira republicana esteve associada à proposta modernizante pela via da indústria, e não mais da agricultura - caminho tradicional até então. Foi nesse contexto que se inseriu a política do encilhamento. Sem abandonar o setor primário, do qual a economia brasileira e o próprio governo

eram absolutamente dependentes, o programa dividiu o país em três grandes regiões bancárias autorizadas a emitir dinheiro, cuja garantia (lastro) eram títulos da dívida pública. Pressionado, o governo terminou credenciando outros bancos a emitirem papel-moeda, criando um volume de dinheiro circulante muito além do que o país necessitava.

Efeitos da política econômica

O efeito imediato dessa medida foi a desvalorização do mil réis, a moeda da época, seguida por um surto inflacionário, provocado pela injeção excessiva de dinheiro na economia. A desvalorização da moeda brasileira, por sua vez, levou ao fechamento de muitas empresas e à falência de tantos outros investidores. A facilidade de créditos sem a devida fiscalização permitiu que os recursos fossem investidos em outro fim que não aquele para o qual haviam sido aprovados. No mercado de ações, a intensa especulação marcou o período do encilhamento. Muitas empresas-fantasma, que após obterem créditos fechavam suas portas, continuaram negociando suas ações na bolsa de valores - em alguns casos, até mesmo a preço crescente.

Embora seja quase sempre ligado à figura de Rui Barbosa (que não foi o único ministro da Fazenda de Deodoro) e à crise econômica que marcou o início da República, o encilhamento incentivou, ainda que de maneira limitada, a industrialização brasileira. Se de um lado, ele materializou o espírito liberal dos primeiros anos da República, de outro mostrou a debilidade do país para intervir na economia. Ao mesmo tempo, o fracasso dessa política econômica ensejou o fortalecimento dos setores ligados ao setor primário e às posições defendidas pelos grandes fazendeiros, descontentes com o apoio a outro setor que não o primário.

Funding Loan

A economia brasileira enfrentou dificuldades de balanço de pagamentos na década de 1890, depois que se esgotou o boom do Encilhamento. O montante da dívida externa havia aumentado substancialmente no final do Império, tornando a economia vulnerável a choques externos. Caiu o saldo da balança comercial e diminuiu a entrada de novos empréstimos. O resultado foi uma vertiginosa queda da taxa de câmbio de um nível em torno de 27 pence por mil-réis em 1889 para 7 pence em 1898. A crise financeira do Brasil havia estimulado a busca de soluções que atenuassem a crise cambial. Antes que vingasse a iniciativa de refinar a dívida externa, a possibilidade de arrendamento da

Estrada de Ferro Central do Brasil havia sido reiteradamente suscitada por Rothschild (banqueiro Inglês), enfrentando, entretanto, a resistência do governo brasileiro, pois as ofertas recebidas foram consideradas insatisfatórias.

A emissão dos títulos do funding loan, respeitado o limite de £ 10 milhões, abarcaria o serviço de juros dos empréstimos externos federais, bem como do empréstimo interno em ouro de 1879, e todas as garantias ferroviárias. A taxa de juros do novo empréstimo era de 5%, sendo lançados £ 8,6 milhões. A garantia do empréstimo era a arrecadação das alfândegas do Rio de Janeiro e, subsidiariamente, as de outros portos brasileiros. Previa-se a suspensão das amortizações de todos os empréstimos incluídos no funding por 13 anos e durante três anos seriam lançados, a 100%, títulos do novo empréstimo à medida que maturassem juros de empréstimos e prazos de pagamentos de garantias ferroviárias. O serviço do próprio funding se restringiria a juros até 1911, quando seria iniciada a amortização por 50 anos. À medida que fossem lançados os títulos do novo empréstimo, seria recolhido meio circulante equivalente, convertido à taxa cambial de 18 pence por milréis, e incinerado em um dos bancos estrangeiros credenciados, reduzindo assim o meio circulante causa inicial da crise.

Convênio de Taubaté

Em fevereiro de 1906, reuniram-se os governadores dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais para discutir sobre uma solução para a crise de excesso de produção que estava começando a acontecer. Então, os governadores idealizaram uma política na qual, para manter os preços do café em alta, o Governo passaria a comprar todo o excedente gerado: o Convênio de Taubaté.

Esse acordo foi ratificado pelo vice-presidente da república Afonso Pena. O Convênio de Taubaté se baseava na realização de novos empréstimos para a compra dos excedentes de café, na criação de um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportado a fim de custear os juros destes empréstimos e na adoção de medidas que procurassem desencorajar a expansão de novas lavouras de café.

Mesmo tendo alcançado seu objetivo, de manter estável o preço do café, os produtores foram estimulados a produzirem cada vez mais, obrigando o Governo a contrair novos empréstimos e aumentando assim, a dívida externa brasileira. A política do Convênio de

Taubaté serviu para adiar o fim do ciclo do café, que acabou ocorrendo com o “crash” da Bolsa de valores de Nova York em 1929.

Caixa de Conversão - 1906

Foi criada dentro do contexto de valorização do café iniciado pelos governadores, convenio de Taubaté, e endossada pelas autoridades federais em fins do mesmo ano, através de uma política de estabilidade cambial controlada pela Caixa de Conversão, criada pela lei 1575, de 6/12/1908, com a finalidade de ajudar a combater a crise por que passava mercado do café, e manter equilibrado o poder de troca da moeda do Brasil no comércio com outras nações. Autorizada a criar bilhetes "conversíveis" garantidos por lastro em moedas de ouro nacionais e estrangeiras, ela emitiu papel-moeda em valores diversos (o chamado "papel-ouro" porque tinha a garantia de poder ser trocado por moedas de ouro. Com o início da guerra, 1914, e a fuga de capitais tanto via redução do saldo em transações correntes como pela saída de capitais via conta de capitais a caixa foi fechada.

Período de 1906 a 1913

Nesse período a caixa de conversão conteve a tendência natural da valorização cambial devido ao aumento das exportações (borracha e café) o que aumentou o meio circulante de moedas favorecendo também a indústria nascente a partir de 1909. Houve o aumento da importação de bens de capital no período de 1910-13.

O Período da Primeira Grande Guerra

O início do conflito (1914) encerrou um período de crescimento iniciado em 1903 e que se tornou mais intenso a partir de 1910. Os preços do café e da borracha caíram no mercado internacional o que determinou uma violenta desvalorização cambial. As importações de bens de capital foram prejudicadas tanto pelo câmbio quanto pelo bloqueio marítimo.

As dificuldades de importação provocaram um aumento na demanda interna por produtos substitutivos de importação, atendido em grande parte pelo pleno aproveitamento da capacidade ociosa de setores industriais, principalmente daqueles que se equiparam no período anterior a guerra. A queda do comércio exterior, o aumento dos preços dos produtos importados, em contraste com os preços dos produtos

agrícolas no mercado internacional, resultaram em um déficit na balança comercial em 1914, agravando ainda a mais a falta de divisas.

Em face dessa situação o governo Hermes da Fonseca (1910 -14) negociou o **segundo empréstimo de consolidação com os tradicionais credores, Rothschild**. O acordo foi parecido com anterior: previa carência de 13 anos e total de 15 milhões de libras foi dividido em parcelas até 1917.

O déficit público foi agravado devido aos gastos referentes ao acordo para consolidação da dívida externa e os pagamentos da dívida pública. A queda da arrecadação do imposto de importação (arrecadou apenas 55,7% do ano anterior) provocou uma revisão no regulamento do imposto sobre o consumo, cuja arrecadação chegou a superar a do imposto de importação, até então a maior fonte de receita do Tesouro Nacional.

Nos anos seguintes, embora o déficit orçamentário tivesse declinado as pressões para emissão de moeda continuaram, principalmente para atender obras contra a seca no nordeste, ao reaparelhamento das forças armadas e as setores essenciais da economia, principalmente carvão e aço. A maior oferta de moeda possibilitou um crescimento industrial auto-sustentado entre 1915-19.

Os anos Vinte

Os anos 20 foram a fase áurea da economia agroexportadora em particular entre 1923-28. O plano de valorização do café retomado em 1921, bem como a recuperação da economia norte americana foram essenciais para elevação do café no mercado internacional.

O Governo Washington Luiz (1926-30) realizou a reforma cambial de 1926, estabelecendo o padrão ouro. **A seguir criou a caixa de estabilização, com funções semelhantes à caixa de conversão. O restabelecimento do padrão ouro visava assegurar preços mais estáveis para o exportador a atrair investimentos produtivos estrangeiros.**

O Período de 1889 a 1930 – A Primeira República

1 (ANPEC – 2009) Considerando-se a política econômica da Primeira República (1889-1930), pode-se afirmar que:

Ⓒ o orçamento do Governo Federal dependia fundamentalmente do imposto sobre exportações;

Ⓐ com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, o Governo suspendeu a Caixa de Conversão, depreciou o mil-réis e registrou-se diminuição da capacidade ociosa em ramos da indústria, como o de alimentos;

Ⓑ a Lei Bancária, implementada por Rui Barbosa, possibilitou forte contração monetária, pois passou a exigir que as emissões de papel-moeda fossem conversíveis em ouro;

Ⓓ nos primeiros anos da República, foi adotada uma política de desvalorização cambial que deu origem a um surto industrial e desestimulou o crescimento da capacidade produtiva das fazendas de café;

Ⓔ a criação da Caixa de Conversão, na primeira década do século XX, significou a adoção de taxa de câmbio fixa, com emissões assentadas na conversibilidade em ouro.

2. (ANPEC – 2008) O governo Campos Salles, sendo Joaquim Murinho Ministro da Fazenda, executou uma política econômica negociada com os credores externos, em troca do reescalonamento da dívida externa brasileira (Funding Loan). É correto afirmar que o governo Campos Salles

Ⓒ desvalorizou a moeda nacional para compensar os exportadores pela queda do preço do café e gerar receitas cambiais para pagamento da dívida externa.

Ⓐ elevou a carga tributária para facilitar o pagamento da dívida pública externa.

Ⓑ apreciou a moeda nacional para reduzir o custo fiscal da dívida pública externa.

Ⓓ expandiu o crédito a investimentos que aumentassem exportações ou substituíssem importações e melhorassem o saldo da balança comercial.

Professor Gilmar Ferreira
Curso de Economia Brasileira - Teoria e Exercícios

④ procurou reduzir a inflação mediante crescimento mais lento da oferta monetária, abaixo da taxa de inflação do período anterior.

3. (ANPEC 2006) No convênio celebrado em Taubaté, em fevereiro de 1906, definiram-se as bases do que se denominou política de valorização do café. Segundo Celso Furtado, essa política

Ⓒ constituiu uma intervenção governamental no mercado de café para, mediante a compra de excedentes, restabelecer-se o equilíbrio entre oferta e procura.

Ⓐ estabeleceu que o financiamento das compras far-se-ia mediante emissão de papel-moeda, devido às dificuldades de obtenção de empréstimos externos.

Ⓓ criou um novo imposto, cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada, para cobrir o serviço dos empréstimos estrangeiros.

Ⓔ foi uma iniciativa do governo federal e não dos cafeicultores.

4. (ANPEC – 2004) São características do comportamento da economia brasileira e da política econômica na última década do século XIX:

Ⓒ o crescimento do trabalho assalariado, impulsionado pela abolição da escravatura e pela imigração européia;

Ⓐ a estagnação da produção cafeeira em função da queda dos preços internacionais do produto;

Ⓓ a política monetária implementada por Rui Barbosa foi extremamente austera, tendo por base emissões bancárias lastreadas no ouro;

Ⓒ com a difusão do trabalho assalariado, cresceu o grau de monetização e a demanda por moeda na economia;

Ⓔ no final da década, para atender ao aumento da demanda por moeda, a política econômica de Joaquim Murinho promoveu a expansão do papel-moeda em circulação.

5. (ANPEC – 2003) Sobre o comportamento da economia brasileira e a política econômica na primeira década republicana (1889-99) é correto afirmar que:

Professor Gilmar Ferreira
Curso de Economia Brasileira - Teoria e Exercícios

⊙ a reforma monetária de Rui Barbosa (do início da década) definiu regras para o sistema monetário que prevaleceram até o início da 1ª Guerra Mundial em 1914;

① ao longo da década, o trabalho assalariado disseminou-se na economia cafeeira;

② ao final da década, a renegociação da dívida pública externa (funding loan) impôs a execução de políticas fiscal e monetária contracionistas;

③ ao longo da década, ocorreu uma sistemática apreciação cambial em função dos altos preços internacionais do café;

6. (ANPEC – 2002) O período que vai do começo do século XX até o fim da década de 1930 caracteriza-se por crescente envolvimento de governos, tanto estaduais, como Central, nos mercados do café visando à sustentação dos preços do produto.

⊙ Essas intervenções ocorreram em épocas de forte ampliação na oferta, geralmente causada por combinação de condições climáticas favoráveis e início da produção de cafezais novos.

① O primeiro programa de sustentação de preços teve início em 1906. Para tal, o Governo Central fixou um preço mínimo para o café e transferiu recursos ao governo de São Paulo, que pode assim retirar do mercado o café excedente.

② Os programas de defesa do café, naquele período tiveram por único objetivo atender às demandas das oligarquias cafeeiras, notadamente as de São Paulo, que sempre dominaram a máquina política do Governo Central.

③ Nas décadas de 1920 e 1930, a defesa do café visava, também, a evitar a queda nas receitas de exportação do País; isso porque a demanda internacional pelo café brasileiro era fortemente elástica ao preço.

④ Na década de 1930, a elevada inelasticidade preço da demanda do café brasileiro levou o governo a retirar excedentes do mercado com o objetivo de sustentar preços e evitar queda na receita de divisas do País.

7. (ANPEC 2001) Entre os fatores que contribuíram para a apreciação do câmbio (valorização da moeda nacional) no período 1899-1905, devem ser mencionados:

Professor Gilmar Ferreira
Curso de Economia Brasileira - Teoria e Exercícios

Ⓒ as cláusulas do Empréstimo de Consolidação de 1898 (Funding Loan) relativas à suspensão do pagamento de amortizações e juros de uma parte significativa da dívida pública externa;

① um aumento substancial e continuado dos preços do café no comércio internacional;

② a redução do papel-moeda em circulação no período 1899-1905;

③ crescimento nas receitas de exportação da borracha;

④ entradas significativas de capital estrangeiro.

8. (ANPEC – 2000) Sobre os últimos anos do Império e os primeiros da República Velha, é correta a afirmativa:

(0) O crescimento econômico anterior a 1889 e a abolição da escravatura criaram um excesso de demanda transacional por meio circulante (face à limitada capacidade de emissão do Governo Imperial), gerando pressão pelo aumento da oferta de moeda.

(1) A resposta do Governo Imperial ao excesso de demanda de moeda e posteriormente a da República foi conceder capacidade emissora a diversos bancos, com lastro em ouro ou em títulos da dívida da pública.

(2) A emissão de numerário ocorreu de modo controlado, o que permitiu a ocorrência de um período de tranquilidade econômica, calcada na estabilidade monetária, nos primeiros anos da República.

(3) A política monetária do governo republicano estimulou o crescimento econômico, mas também um movimento especulativo e a proliferação de empresas em diversos setores.

(4) A crise cambial e os sucessivos déficits orçamentários verificados a partir de 1891 foram combatidos por uma política monetária restritiva, sem ingerência de casas bancárias internacionais.

9. (ANPEC – 2000) Os anos 1903-1913 constituíram um período de franca prosperidade da economia brasileira. Sobre tal período, é correto afirmar que

Professor Gilmar Ferreira
Curso de Economia Brasileira - Teoria e Exercícios

(0) a prosperidade deveu-se principalmente ao aumento expressivo e continuado dos preços do café.

(1) houve um significativo influxo de capitais estrangeiros que se dirigiram principalmente à indústria de transformação.

(2) a evolução do câmbio nos anos que antecederam à criação da Caixa de Conversão prejudicou os interesses dos cafeicultores.

(3) o funcionamento da Caixa de Conversão, criada em 1906, vinculava, através da estabilidade monetária, a atividade econômica diretamente ao desempenho do balanço de pagamentos.

(4) a criação da Caixa de Conversão atendeu aos interesses dos cafeicultores na medida em que interferiu no mercado cambial, evitando que as exportações fossem prejudicadas.

10. (ANPEC – 1999) Segundo Celso Furtado, em Formação Econômica do Brasil, "...o fato de maior relevância ocorrido na economia brasileira no último quartel do século XIX, foi sem lugar à dúvida, o aumento da importância relativa do setor assalariado". Esse aumento da importância relativa do setor assalariado:

(0) se deveu exclusivamente à abolição da escravatura;

(1) aumentou a possibilidade de grandes desequilíbrios externos;

(2) provocou sérias crises de liquidez, revelando a inadequação da oferta monetária às novas circunstâncias;

(3) desorganizou a produção cafeeira;

(4) contribuiu favoravelmente para a evolução da indústria brasileira.

11. (ANPEC – 1999) Em relação às reformas monetárias implementadas por Ouro Preto e Rui Barbosa pode-se afirmar que:

(0) uma das metas da reforma de Ouro Preto era a adesão da economia monetária brasileira às regras do padrão-ouro;

Professor Gilmar Ferreira
Curso de Economia Brasileira - Teoria e Exercícios

- (1) a elaboração do projeto de reforma monetária de Ouro Preto coincidiu com um período de intensa desvalorização cambial;
- (2) a implementação da reforma monetária de Rui Barbosa gerou pressões inflacionárias;
- (3) a implementação da reforma monetária de Rui Barbosa favoreceu a intensificação de um movimento especulativo nas Bolsas de Valores;
- (4) o sucesso da reforma monetária de Rui Barbosa e seus sucessores imediatos no Ministério da Fazenda se deveu em grande parte aos empréstimos externos obtidos.

12. (ANPEC – 1998) A crise monetária-financeira ocorrida entre 1889/91, conhecida por Encilhamento:

- a) caracterizou-se por uma expansão creditícia sem lastro dirigida, fundamentalmente, à indústria paulista ;
- b) caracterizou-se por uma multiplicação de bancos privados emissores ;
- c) foi um dos determinantes do Funding Loan de 1898, que impôs severas medidas de saneamento fiscal e monetário à economia brasileira ;
- d) foi estimulada pela reforma bancária de 1990 que tentou, sem sucesso, regionalizar a emissão bancária;
- e) caracterizou-se por uma alta da taxa de juros e uma forte desvalorização cambial que alimentaram a inflação no período.

13. (ANPEC – 1998) O sistema monetário do padrão ouro foi adotado pela maioria dos países industrializados nas últimas décadas do século XIX. No que se refere à sua implantação no Brasil, pode-se afirmar que:

- a) foi introduzido na década dos setenta do século passado, quando o valor do mil réis foi, pela primeira vez, legalmente definido em ouro;
- b) não se adequava a uma economia escravista exportadora de bens primários pela susceptibilidade dessa economia a grandes e imprevisíveis desequilíbrios em seu balanço de pagamentos;

Professor Gilmar Ferreira
Curso de Economia Brasileira - Teoria e Exercícios

c) foi parcialmente adotado no país em 1906, com a criação da Caixa de Conversão que tinha por objetivo, dentre outros, evitar o aumento do valor externo da moeda nacional;

d) não se poderia esperar o reequilíbrio automático do balanço de pagamentos em uma economia com tão elevado coeficiente de importação como o da brasileira no século XIX;

e) a Caixa de Conversão foi incapaz de sustentar uma taxa de câmbio relativamente estável desde sua criação até agosto de 1914, quando foi extinta.

14. (ANPEC – 1997) A propósito da reforma monetária de Rui Barbosa (lei bancária de 17 de janeiro de 1890), é correto afirmar que:

(0) essa reforma era desnecessária, já que não havia indicação de que o meio circulante fosse insuficiente para atender às necessidades da economia;

(1) na medida em que determinava o lastreamento das emissões por títulos públicos, a reforma significou, na prática, a adoção do sistema monetário do padrão-ouro;

(2) a expansão dos meios de pagamento, provocada por essa reforma, favoreceu um intenso movimento de especulação no mercado de ações;

(3) essa reforma provocou uma imediata valorização do mil-réis, que perdurou por toda a década seguinte;

(4) a reforma definiu regras para o sistema monetário que permaneceram inalteradas até a década de 1930.

Gabarito do Capítulo 1

- 1 – D
- 2 – C
- 3 – A
- 4 – A

Gabarito do Capítulo 2

- 1. FVFFV
- 2. FVVFF
- 3. VFVF (Exclui o item 2)
- 4. VFFVF
- 5. FVVF (item 4 excluído)
- 6. VFFFV
- 7. VFVVV
- 8. VVFVF
- 9. FFVVV
- 10. ECCEC
- 11. CECCE
- 12. FVVFF
- 13. FVVVF
- 14. EECEE